ExperimentAção: prática, ensino e pesquisa jurídica na Escola Municipal Walmir de Freitas.

Vinculo: ExperimentAção: Prática, Ensino e Pesquisa no Direito (Cópia) 20-02-2024

Protocolo: 402359.2258.279480.20022024

Area Tematica: Direitos Humanos e Justica

Modalidade: Comunicacao Oral

Coordenador: Luiza Alves Chaves (VDI)

EQUIPE

1. Lara Júlia Feltrin de Almeida *(Autor / Relator)*
2. Júlia Dutra Raybolt da Cunha *(Autor)*
3. Mylena Devezas Souza *(Autor)*
4. Leidy Karine Faria da Cruz *(Autor)*
5. Isabela Marília Natividade Soares *(Autor)*
6. Ana Júlia de Freitas Martins *(Autor)*
7. Cecília da Costa Junqueira Azevedo *(Autor)*
8. Ana Luiza Garcez Silva *(Autor)*
9. Karen de Sales Colen *(Autor)*

RESUMO

O artigo destaca a importância da educação jurídica para a sociedade civil, enfatizando seu papel na promoção de uma cidadania ativa e informada. Argumenta-se que a falta de conhecimento jurídico aprofunda desigualdades e vulnerabilidades sociais, prejudicando a plena participação cidadã na democracia. Para enfrentar essas disparidades, o projeto de extensão "ExperimentAção: Prática, Ensino e Pesquisa no Direito", da UFF, busca disseminar conceitos jurídicos básicos entre estudantes de escolas públicas de Volta Redonda/RJ, promovendo a conscientização sobre direitos fundamentais. O artigo reflete sobre a relação entre Direito e sociedade, defendendo que a educação jurídica acessível é essencial para mudanças sociais e o fortalecimento da democracia. Além disso, descreve a primeira visita escolar na Escola Municipal Walmir de Freitas, que incluiu palestras e atividades práticas, como júris simulados, para incentivar a compreensão e aplicação dos conceitos jurídicos discutidos.

Palavras-chave:

educação jurídica, direito nas escolas, ensino

ABSTRACT

The article highlights the importance of legal education for civil society, emphasizing its role in promoting active and informed citizenship. It argues that the lack of legal knowledge deepens social inequalities and vulnerabilities, hindering full citizen participation in democracy. To address these disparities, the "ExperimentAção: Practice, Teaching, and Research in Law" extension project by the Federal Fluminense University (UFF) seeks to spread basic legal concepts among students in public schools in Volta Redonda/RJ, fostering awareness of fundamental rights. The article reflects on the relationship between Law and society, arguing that accessible legal education is essential for social change and democracy. It also details the first school visit at Walmir de Freitas Municipal School, which included lectures and practical activities like mock trials to encourage understanding and application of legal concepts.

Keywords:

legal education, law in schools, teaching

INTRODUCAO

A educação jurídica direcionada à sociedade civil, isto é, às pessoas que não estão diretamente associadas a cursos de Direito, configura uma importante ferramenta de garantia popular ao exercício pleno da cidadania. A ausência de conhecimento jurídico, conforme Queiroga Neto (2021), aprofunda a subcidadania e amplia a vulnerabilidade dos indivíduos. Nessa intelecção, o alicerce desta ação extensionista é a ideia de que o ensino jurídico potencializa o crescimento individual e a garantia do livre acesso às práticas civis.

Diversas universidades no Brasil contam com projetos de educação jurídica popular (Alves et al., 2020), existem também iniciativas de vários entes que visam a implementação de leis municipais para garantir a inclusão do Direito no currículo escolar. Contudo, além da existência e execução desses projetos ainda não ser realidade na maior parte do país, mesmo em locais onde eles existem frequentemente as escolas públicas não estão preparadas para sua recepção.

Este artigo relata a primeira visita escolar para a implementação da ação extensionista intitulada: “ExperimentAção: Prática, Ensino e Pesquisa no Direito”, que foi introduzida no curso de graduação em Direito da Universidade Federal Fluminense (UFF), campus de Volta Redonda.

Consoante Paulo Freire (2001), um cidadão é aquele que exerce plenamente seus direitos civis e políticos. No entanto, como uma pessoa pode fazer uso desses direitos se não detém conhecimentos sobre eles? O objetivo geral deste projeto é promover a educação jurídica e a conscientização popular acerca de direitos considerados fundamentais, capacitando os participantes - população civil e alunos de graduação - a exercerem uma atuação mais engajada na sociedade, por meio do desenvolvimento de competências e conhecimentos essenciais. De maneira mais específica, busca-se: oferecer aulas e palestras em escolas públicas do município de Volta Redonda; desenvolver um modelo colaborativo de ensino jurídico, de modo que envolva alunos da graduação, professores e pesquisadores na execução do projeto e capacitar os alunos da graduação, por meio de cursos de formação, para ministrarem as aulas nas escolas, ampliando a disseminação dos princípios fundamentais da cidadania.

A execução do projeto teve como agentes os alunos da graduação em Direito, que foram responsáveis por organizar fontes e produzir materiais textuais e visualmente didáticos para a elaboração das aulas, de acordo com a faixa etária dos grupos atendidos e referências que fossem conhecidas por eles.

DESENVOLVIMENTO

A ideia expressa no provérbio latino “ubi homo, ibi societas; ubi societas, ibi jus” - traduzido como “onde há homem, há sociedade; onde há sociedade, há Direito” - evidencia a intrínseca relação entre as normas jurídicas e a organização estrutural do corpo social. Desde a época dos antigos juristas romanos, compreendia-se que o sistema legal é primordial para o coeso funcionamento da sociedade (Dias, 2018). A ideia de regime democrático, originada na Grécia, com o propósito de estabelecer um sistema de governo regido pelo povo, exemplifica essa conexão fundamental. A democracia tornou-se uma prática social de evidente relevância, ao assegurar que todos os cidadãos pudessem decidir e participar dos interesses de seu próprio desenvolvimento. Este sistema introduziu mecanismos como eleições, plebiscitos e referendos, com ênfase na garantia de livre expressão e participação cidadã (Reale, 2005). Ao longo da história, essas práticas permitiram a consolidação de diversos direitos, conforme os evidenciados na Constituição Federal Brasileira de 1988. Contudo, para que essas normas cumpram efetivamente sua função e garantam um verdadeiro Governo do Povo, é essencial que sejam, primeiramente, acessíveis a todos, de modo que qualquer pessoa possa compreendê-las e analisá-las criticamente (Dias, 2018).

Partindo da premissa de que somente um povo consciente e conhecedor de seus direitos pode promover uma autêntica transformação social, é fundamental garantir que as normas e direitos sejam amplamente conhecidos e compreendidos. Para que a democracia funcione de maneira plena e eficaz, os cidadãos devem ter acesso não apenas ao conteúdo das leis regentes de seu país, mas também à educação necessária para interpretá-las e aplicá-las em suas vivências cotidianas. No Brasil, essa realidade ainda parece ser uma utopia. Estudos, como o realizado pelo DataSenado (Senado Federal, 2013), revelam que um percentual significativo da população - 7,8% em um grupo de 811 pessoas - não possui nenhuma noção a respeito da Constituição Federal. Essa falta de conhecimento jurídico evidencia a urgente necessidade de propagação da educação legal, garantindo que cada cidadão esteja consciente de seus direitos e deveres.

Marcos Nobre (2002) argumenta que o ensino jurídico no Brasil visa o desenvolvimento de habilidades avançadas no campo do Direito, por meio de um currículo que combina teoria e prática. No entanto, um dos principais obstáculos é a carência de ênfase na pesquisa científica e acadêmica, no interior desse modelo. Essa lacuna pode restringir o progresso do conhecimento jurídico no país e diminuir a capacidade dos futuros profissionais do Direito de contribuírem significativamente para o avanço da jurisprudência e para a resolução de questões legais complexas que permeiam a sociedade contemporânea. Portanto, é crucial a incorporação da pesquisa nos programas de ensino jurídico, a fim de formar profissionais que, além de compreender as leis, sejam capazes de questioná-las, analisá-las criticamente e atuar para o aprimoramento do sistema legal como um todo, demonstrando que é possível operar o Direito em uma perspectiva emancipatória e transformadora.

Simultaneamente, há outra preocupação proeminente: a falta de conhecimento jurídico entre os cidadãos brasileiros. Zanon e

Ribeiro (2020) apontam que a ausência de compreensão sobre as leis é um problema grave que afeta a população e contraria, em grande parte, o artigo 205 da Constituição Federal de 1988. Os autores atribuem esse distanciamento à presença de mitos, ao longo processo de abolição da escravidão e ao período ditatorial, considerando que esses eventos representam, até hoje, traumas históricos e evidenciam a imaturidade do processo democrático brasileiro.

A pedagogia da libertação, conforme proposta por Paulo Freire (2001), é um método educacional que promove um aprendizado dialógico, no qual a interação entre os participantes se dá por meio da linguagem, sem imposição de hierarquias de conhecimento. Esta abordagem valoriza tanto os saberes científicos quanto os conhecimentos populares, enfatizando a importância de um processo educativo que se desenvolva em conjunto com o povo, e não somente para ele. Freire argumenta que a existência humana deve ser ativa e transformadora, manifestando-se através da prática e da reflexão crítica. Ele afirma que a verdadeira formação dos indivíduos ocorre no movimento e na reflexão consciente.

Este projeto de extensão visa oferecer aos alunos de graduação uma abordagem educativa inovadora, permitindo que se tornem educadores ativos. Simultaneamente, objetiva tornar acessível aos alunos do ensino médio conhecimentos jurídicos fundamentais para o exercício da cidadania. A escola desempenha um papel crucial na formação de cidadãos informados e responsáveis, e a inclusão da educação jurídica deve ser uma parte essencial desse processo, apesar de, conforme apontado por Gonçalves e Figueiredo (2019), essa realidade ainda não estar completamente estabelecida.

Ensinar Direito a todos significa garantir que pessoas que possam sofrer violência doméstica, independentemente de sua formação, conheçam seus direitos garantidos pela Lei Maria da Penha. Também envolve assegurar que trabalhadores estejam cientes de seus direitos, como a regularização do contrato de trabalho na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), além do recebimento do 13º salário e férias remuneradas, independentemente do local de trabalho. Promover uma educação jurídica acessível é um passo crucial para construir uma sociedade mais justa e bem-informada.

METODOLOGIA

Para a implementação deste projeto, foi conduzida uma pesquisa preliminar, com o objetivo de analisar iniciativas similares já implementadas. Tal abordagem visou compreender a aceitação, os processos de preparação e a instauração dessas iniciativas, bem como identificar os principais obstáculos enfrentados. Também realizamos uma ampla revisão bibliográfica, focada em estudar projetos compatíveis com o escopo da nossa proposta. A partir disso, sintetizamos as informações relevantes, orientando a construção metodológica do projeto e fornecendo subsídios para suas adaptações e melhorias.

Para complementar a análise da viabilidade do projeto, foram realizadas reuniões com os diretores das instituições de ensino. Essas reuniões permitiram estabelecer a necessidade de um planejamento individualizado para cada escola, possibilitando, assim, a adaptação às demandas específicas de cada instituição. Esse ajuste considerou, de forma particular, as dificuldades sociais presentes em cada contexto escolar, visando uma implementação mais eficaz e adequada à realidade local.

Em seguida, estabelecemos contato com a escola Walmir de Freitas, para a qual desenvolvemos uma dinâmica associada ao tema: "Racismo e Intolerância Religiosa". Na fase de preparação para a apresentação, foram organizados dois cursos de capacitação dos discentes envolvidos: o primeiro direcionado à elucidação e discussão do tema, visando garantir que todos os participantes adquirissem os conhecimentos teóricos necessários sobre o assunto e o segundo curso, sobre técnicas de oratória, com o objetivo de aprimorar as habilidades de comunicação dos membros envolvidos.

No estágio atual, realizamos o primeiro ciclo de palestras na Escola, contando com a participação ativa dos integrantes do projeto. Esses participantes foram responsáveis por elaborarem o material didático em uma linguagem acessível e de fácil compreensão, que foi disponibilizado aos alunos ao longo das atividades práticas.

RESULTADOS E DISCUSSAO

Durante a visita à escola Walmir de Freitas, foram realizadas atividades destinadas a conscientizar os alunos sobre a relevância da legislação brasileira, com ênfase particular na luta contra o racismo e a intolerância religiosa. A abordagem foi adaptada conforme a faixa etária de cada aluno, divididos em dois grupos: o primeiro composto por alunos do 6º e 7º anos, e o segundo pelo 8º e 9º anos.

Para os alunos mais jovens (6º e 7º anos), foi realizada uma dinâmica interativa para introduzir conceitos de legislação. Os alunos foram convidados a criar um país fictício, desenhando sua bandeira e formulando leis. Esse exercício teve como objetivo ilustrar a função da legislação de maneira lúdica e acessível. O resultado foi uma diversidade de “países” com leis que variam desde normas

de igualdade e respeito a regras mais peculiares, como restrições a times rivais e proibição de certos gêneros musicais. Apesar da natureza criativa e por vezes fantasiosa das leis propostas, o exercício foi eficaz para introduzir o conceito de legislação e suas implicações sociais.

O maior desafio foi lidar com a agitação dos alunos e o fato de falarem simultaneamente. Para gerenciar isso, foi necessário solicitar que levantassem a mão para apresentar suas ideias de maneira organizada. No caso dos alunos do 7º ano, houve uma resistência inicial, com alguns mostrando-se envergonhados e receosos quanto ao projeto. No entanto, à medida que um aluno começou a participar e expressar suas ideias, os demais se sentiram mais à vontade e seguiram o mesmo raciocínio, facilitando a interação e a participação coletiva.

Após a dinâmica, os membros do projeto promoveram uma discussão sobre a necessidade de leis e a importância da Constituição Federal, com o apoio de slides didáticos adaptados para a faixa etária, destacando a evolução da legislação desde a antiguidade. Esse contexto histórico serviu de base para abordar temas mais atuais, como racismo e intolerância religiosa. Os alunos foram incentivados a refletir sobre essas questões e a reconhecer o impacto das leis na promoção da igualdade e do respeito mútuo e mostraram-se bastante receptivos e engajados, participando ativamente das atividades, o que indica um bom nível de compreensão sobre o tema abordado.

Já com alunos do 8º e 9º anos, as atividades adotadas foram diferentes, haja vista que crianças entre 13 e 15 anos já possuem uma capacidade cognitiva mais desenvolvida para entender o mundo ao seu redor. A abordagem acerca das legislações brasileiras contra o racismo e a intolerância religiosa foi mais direta, sendo apresentados casos específicos e eventos relacionados ao tema.

Nesse sentido, o projeto buscou relacionar a organização da sociedade com a temática em evidência, para que, assim, os alunos pudessem compreender, de maneira efetiva, a importância da liberdade religiosa para a satisfação pessoal e para a harmonia do corpo social. Os questionamentos acerca dos elementos constituintes da Constituição Federal, como principal documento legislativo do país, foram fundamentais para que os estudantes tivessem conhecimento da dimensão do assunto apresentado e de como ele deve ser tratado com seriedade.

A atividade prática apresentada aos jovens, com o objetivo de concretizar o conhecimento sobre os direitos fundamentais e a liberdade religiosa, foi um júri simulado, com o propósito mobilizar debates justos e respeitosos entre os alunos, que se mostraram bastante engajados em participar e aprender mais sobre o tema. Contudo, a execução de dinâmicas dessa natureza é mais complexa, uma vez que são construídas com base na interação entre crenças individuais e o interesse comum, o que demanda mais cuidado e atenção ao ser abordado. Apesar disso, foi notável a consciência e o zelo dos jovens quanto à importância da liberdade religiosa no caso apresentado. Em muitas salas, os alunos propuseram um acordo justo entre as partes, que respeitasse tanto os direitos individuais quanto a harmonia social.

CONSIDERACOES FINAIS

É evidente que o ensino jurídico enfrenta desafios significativos, tanto no nível da graduação quanto nas escolas públicas. Uma das principais barreiras é a falta de familiaridade da população com conceitos jurídicos básicos, incluindo termos essenciais como “Constituição”. Este déficit no acesso à educação jurídica cria uma barreira intransponível entre o sistema legal e os cidadãos, resultando em desigualdades no acesso à justiça e na capacidade de exercer direitos fundamentais.

Muitas pessoas se deparam com questões legais em suas vidas cotidianas, mas carecem do conhecimento necessário para entender plenamente seus direitos e obrigações. Essa lacuna de compreensão não apenas limita o exercício efetivo dos direitos, mas também perpetua uma desigualdade significativa no acesso às suas garantias.

Nesse cenário, projetos que buscam levar conceitos jurídicos básicos e informações sobre direitos e responsabilidades para as escolas públicas desempenham papel crucial. Ao democratizar o conhecimento jurídico, esses projetos ajudam a criar uma sociedade mais informada e capacitada. Isso fortalece a cidadania e promove uma compreensão mais profunda do sistema legal e de seu funcionamento.

Portanto, é essencial reconhecer a importância de iniciativas que buscam preencher a lacuna existente no ensino jurídico e tornar o conhecimento legal mais acessível a todos. O desafio persiste, mas com esforços contínuos e colaboração entre acadêmicos, instituições de ensino e a comunidade, é possível significativo avanço na construção de uma sociedade mais justa, na qual o entendimento dos princípios jurídicos fundamentais seja amplamente disseminado e acessível.

REFERENCIAS

ALVES, Isac da Silva Alve et al. Educação jurídica e formação da cidadania no ensino médio. Anais do VII Congresso Nacional da Educação. 2020. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2020/TRABALHO_EV140_MD1_SA11_ID7299_01102020141014.pdf

DIAS, Aline Dourado Bastos. A necessidade do ensino jurídico básico nas escolas brasileiras. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

FREIRE, Paulo. Política e educação: ensaios – 5. Ed. São Paulo, Cortez, 2001. https://cpers.com.br/wp-content/uploads/2019/09/14.-Pol%C3%ADtica-e-Educa%C3%A7%C3%A3o.pdf

GONÇALVES, Aline Loredane; FIGUEIREDO, Frederico de Carvalho. Educação para a cidadania e o ensino médio: uma revisão teórica. Brazilian Journal of Development, Curitiba, v. 5, n. 12, p. 29077 - 29096, dez, 2019. Disponível em: https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/5195/4746

NOBRE, Marcos. Apontamentos sobre a pesquisa em Direito no Brasil. Cadernos Direito GV. São Paulo, 2002.

QUEIROGA NETO, Genésio Rodrigues de. A educação jurídica como ferramenta de efetivação da cidadania e redução da vulnerabilidade do consumidor. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Direito de João Pessoa do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2021

REALE, Miguel. Lições Preliminares de Direito. 5ª ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2005. p.1-3

SENADO FEDERAL. Pesquisa DataSenado mostra que poucos conhecem realmente a Constituição do País. Senado Federal, Notícias, 25 out. 2013. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2013/10/25/pesquisa-datasenado-mostra-que-poucos-conhecem-realmente-a-constituicao-do-pais.

ZANON, Vitória Padilha; RIBEIRO, José Moisés. O ensino do Direito Constitucional como disciplina obrigatória nas escolas públicas e privadas do Brasil. Revista de Iniciação Científica e Extensão da Faculdade de Direito de Franca. São Paulo, 2020.